

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores

PORTARIA DE 07 DE JULHO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso III, do artigo 2º da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 457 - Conceder autorização para compra de armas e munições à empresa NORVIP PARAIBA TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CGC nº 08.787.673/0001-45, (Proc. MJ nº 08375-2006/88), especializada em prestação de serviços de vigilância e transporte de valores, conforme Portaria MJ nº 27, de 31 de janeiro de 1986, em estabelecimento comercial no Estado da PARAIBA. As armas e munições nas quantidades abaixo mencionadas destinam-se ao uso exclusivamente em serviço pela empresa, limitado ao Estado da PARAIBA devendo o Departamento de Polícia Federal cumprir de plano as exigências contidas no artigo 54, do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983: 17 revólveres calibre 38; 18 espingardas calibre 12; 450 cartuchos calibre 38 e 30 cartuchos calibre 12, de fabricação nacional.

KURT PESSEK

(Nº 91.989 - 16/08/89 - NCZ\$ 126,00)

PORTARIA DE 21 DE JULHO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso II, do Artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 485 - Conceder autorização prévia para alteração dos atos constitutivos à empresa NORDESTE PARAIBA VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA, CGC nº 09.349.861/0001-54, (Processo MJ nº 08375-1105/89), especializada em prestação de serviços de vigilância e transporte de valores, com sede no Estado da PARAIBA, passando seus atos constitutivos a vigorar na forma da alteração contratual realizada na sede da empresa, sita à Av. Duarte da Silveira nº 611 - Centro - João Pessoa/PB, em 10 de abril de 1989, entranhada ao processo já mencionado.

KURT PESSEK

(Nº 91.988 - 16/08/89 - NCZ\$ 108,00)

PORTARIA DE 24 DE JULHO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso II, do Artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986 e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 490 - Conceder autorização prévia para alteração dos atos constitutivos à empresa MASEL SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CGC 33.121.955/0001-56, (Processo MJ nº 08455-9835/89), especializada em prestação de serviços de vigilância, com sede no Estado do RIO DE JANEIRO, passando seus atos constitutivos a vigorar na forma da alteração contratual realizada na sede da empresa, sita à Rua Vinte e Quatro de Maio, nº 911 - Engenho Novo - Rio de Janeiro/RJ, em 20 de maio de 1989, entranhada ao processo já mencionado.

KURT PESSEK

(Nº 91.987 - 16/08/89 - NCZ\$ 108,00)

PORTARIA Nº 502, DE 03 DE AGOSTO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores" no uso das atribuições conferidas à Comissão pelo inciso IV, do artigo 2º da Portaria MJ 601, de 12.12.86 e face os termos da Portaria MJ 602, de 12.12.86, resolve:

Punir no Estado de São Paulo com base no art. 23, da Lei Federal 7.102, de 20.06.83, a empresa SEPLAN - Serviços de Segurança Ltda., Processo nº 08506-2942/89, CGC nº 52.020.740/0001-93, com multa de 21 (vinte e um) MVR, por utilizar em serviço vigilante inabilitado, sem curso de formação, com uniforme não autorizado pela Comissão.

(Of. nº 1.848/89)

KURT PESSEK

PORTARIA Nº 548, DE 15 DE AGOSTO DE 1989

O Presidente da "Comissão Executiva para Assuntos de Vigilância e Transporte de Valores", no uso das atribuições conferidas à Comissão, pelas letras "a" e "b", do inciso I, do artigo 2º, da Portaria MJ nº 601, de 12 de dezembro de 1986, e face os termos da Portaria MJ nº 602, de 12 de dezembro de 1986, resolve:

Conceder autorização para funcionamento à empresa VIGIBRAS - EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA., CGC nº 24.949.430/0001-12, (Proc. MJ nº 08280-3785/88), especializada em prestação de serviços de vigilância, para exercer as atividades, exclusivamente, no DISTRITO FEDERAL.

KURT PESSEK

(Nº 91.931 - 16/08/89 - NCZ\$ 90,00)

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 160ª REUNIÃO ORDINÁRIA (27.06.89)-MANHÃ

Às 9:00 do dia 27 de junho de mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF, sob a Presidência do Professor RENÉ ARIEL DOTTI - Conselheiro-Presidente. Conselheiros presentes: ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, MIGUEL FREDE RICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO, ROGERIO LAURIA TUCCI e RUY DA COSTA ANTUNES. Convidados: Professor LICÍNIO LEAL BARBOSA - Presidente do Conselho Penitenciário do Estado de Goiás e Doutor CÂNDIDO FURTADO MATA NETO - Secretário de Justiça e Segurança Pública/MJ. I - Discussão e Votação de Atas - Aprovadas unanimemente pelo Colegiado as Atas nºs 158 e 159, das sessões ordinárias realizadas em 29 de maio findo, cujas cópias haviam sido encaminhadas previamente aos Senhores Conselheiros. II - Retroatividade da remição de pena - Relator: Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO - Em extenso relatório o expositor esgotou a matéria solicitada pela Secretaria de Justiça do Estado de Goiás e opinou pela seguinte Ementa: "A remição é instituto de execução penal objetivando valorar o trabalho prisional e servindo para redução do quantum da pena efetivamente imposta, possibilitando a obtenção de outros benefícios legais. Aplicação da norma constitucional e do parágrafo único do art. 29 do Código Penal, para efeito de retroatividade. Extensão do benefício aos presos anteriores à Lei 7.210/84, desde que comprovado o trabalho realizado. Importância da retroatividade da remição frente ao sentido finalístico da pena privativa de liberdade, evitando-se discriminações prejudiciais ao sistema penitenciário." Decisão-CNPCC: pela aprovação unânime e acolhimento da proposição do Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, no sentido de encaminhar cópias do parecer às Corregedorias de Justiça, Secretarias de Justiça e Varas de Execuções Criminais e, ainda, a fim de dar maior divulgação ao trabalho apresentado, remetê-lo à Comissão incumbida das edições da Revista do Conselho. III - Encontro Nacional de Política Criminal e Penitenciária - Relator: Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES - Em prosseguimento aos trabalhos relativos à programação do evento a ser realizado em Belo Horizonte/MG, o Relator informou que a Comissão, naquela data, se deslocaria para a Capital mineira a fim de propor ao patrocinador do conclave, Dr. ALUIZIO QUINTÃO - Procurador-Geral da Justiça do Estado, os objetivos pretendidos pelo Conselho e abaixo elencados: "a) Pena Pecuniária e Fundo Penitenciário; b) Prisão Alternativa; c) Natureza e efetividade das penas restritivas; d) A crise da pena privativa de liberdade; e) Direitos e garantias dos recolhidos; f) Formação de pessoal penitenciário; g) Importância do Centro de Observação Criminológica e da Comissão de Classificação; e, h) Universidades e Sistema Penitenciário". Decisão-CNPCC: pela aprovação unânime e acolhimento da proposição do Presidente do Conselho, no sentido de se estabelecer, previamente, o período para o recebimento de comunicações dos participantes. IV - Colônia Penal Agrícola - tendo em vista o interesse de monitorando pelo Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, Professor OS CAR DIAS CORREA, no sentido de dotar o País de um projeto-padrão de Colônia Agrícola, o Colegiado aprovou o texto da Resolução que segue transcrita: "O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, no uso de suas atribuições legais, considerando o empenho demonstrado pelo Senhor Ministro de Estado da Justiça Professor OSCAR DIAS CORREA, na elaboração de um modelo de estabelecimento prisional compatível com as exigências de segurança e as possibilidades financeiras do Poder Público, considerando o interesse nacional de implementar medidas visando atenuar os problemas decorrentes da superlotação carcerária, considerando a necessidade de construção de estabelecimentos penais, que possam atender às recomendações arquitetônicas adequadas ao sistema de execução das penas privativas de liberdade, considerando-se a grande carência de Colônias Agrícolas destinadas ao cumprimento das penas privativas de liberdade em regime semi-aberto (Lei nº 7.210/84, art. 91); considerando a deliberação adotada pelo CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA na reunião de 27 de junho de 1989, RESOLVE: I - Instaurar Comissão para elaborar estudo visando projeto-padrão de construção de Colônia Agrícola; II - Designar os Conselheiros EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO e ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND e os arquitetos MAURO FERNANDO MARTINS DE CASTRO e SALETE LAMPERT, da Coordenação de Análise e Acompanhamento de projetos - SEJUSP para constituírem a Comissão a ser presidida pelo primeiro designado. III - Solicitar à Secretaria de Justiça e Segurança Pública deste Minis